



**CONTRADIÇÃO, DISCURSO E RESISTÊNCIA
EM ANÁLISE DE DISCURSO:
SÓ HÁ FALHA DAQUILO QUE CAUSA¹**

**CONTRADICTION, DISCOURSE AND RESISTANCE
IN THE DISCOURSE ANALYSIS:
THERE'S ONLY FAIL FOR WHAT CAUSES**

Santiago Bretanha²
Aracy Graça Ernst (orientadora)³

Resumo: O trabalho discute a categoria de *contradição* na acepção materialista com o objetivo de remontar algumas das suas implicações para a Análise de Discurso Materialista e aos modos como a contradição organiza estruturalmente o todo complexo com dominante das formações discursivas e coloca, nele, o imperativo à resistência. Para tanto, debate que a contradição é assumida pela Análise de Discurso como princípio organizador do dispositivo teórico-analítico, principalmente no delineamento das relações entre ideologia e discurso. Frente a isso, a contradição enverga um duplo caráter: o de princípio dialético implicado aos fundamentos teóricos e o de categoria interpretativa a ser mobilizada no/pelo gesto analítico.
Palavras-chave: Contradição; Resistência; Formação Discursiva; Análise de Discurso.

Abstract: This paper discusses the category of contradiction in the materialistic conception with the aim of reconsidering some of the implications of this to the Materialist Discourse Analysis. It talks about the contradiction concerning the ways in which it structurally organizes the entire complex with dominant of the discursive formations, and it places, in it, the imperative of resistance. To this end, Discourse Analysis assumes the contradiction as the organizing principle of the theoretical-analytical *dispositif*, especially in the definition of the relations between ideology and discourse. Therefore, the contradiction has a double character: that of dialectical principle implied in the theoretical foundations and that of an interpretative category to be mobilized in/by the analytical gesture.

Keywords: Contradiction; Resistance; Discursive Formation; Discourse Analysis.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Embora a herança hegeliana seja inegável na construção da dialética em Marx, é inegável, também, que os (des)limites entre uma e outra sejam controversos. Althusser ([1962], 1979, p. 75), diante do aforismo marxiano “a dialética, em Hegel, está de cabeça

¹ Agradecemos, especialmente, à querida Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas pela leitura cuidadosa e pelas contribuições dadas à presente pesquisa, aportes fundamentais para que chegássemos à redação deste texto.

² Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. santiagobretanha@gmail.com
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0648-7169>

³ Professora visitante nas Universidades Federais de Pelotas (UFPe) e do Rio Grande (FURG), RS, Brasil. aracyep@terra.com.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0304-1161>

para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística o nódulo racional”, atenta que o Mouro se vale da imagem da “inversão” enquanto artífice que “coloca tantos problemas quantos resolve”.

Ao defender sua posição, Althusser lembra-nos que uma simples “inversão” da filosofia especulativa de Hegel faria daquele que se propõe a tal empreendimento prisioneiro inconsciente do fantasma do idealismo. Portanto, em uma primeira leitura, a “inversão” à qual Marx se refere é o próprio gesto de deitar fora a ganga mística da filosofia especulativa para guardar o nódulo racional, que é a dialética. Uma vez descortçada das impurezas que a envolvem, tornar-se-ia o contrário direto da dialética hegeliana, aplicada ao mundo material, ao invés de voltar-se para o mundo sublimado de Hegel.

Em uma leitura mais aprofundada, no entanto, diz Althusser, o deslocamento do sentido da aplicação da dialética não opera qualquer inversão. Pelo contrário, mantém-na intacta. Remontar rigorosamente a dialética de Hegel, nesses moldes, leva “a equívocos perigosos, na medida em que é impensável conceber, em virtude dos próprios princípios da interpretação marxista de um fenômeno ideológico *qualquer*, que a dialética possa ser alojada no sistema de Hegel como um nódulo no seu envoltório” (ALTHUSSER, [1962] 1979, p. 77, grifos do autor). O filósofo frisa, portanto, que é impensável que a dialética não se tenha “contaminado” pela ideologia hegeliana no seio do próprio Hegel. De que inversão estaria, então, falando Marx?

Em incursão pela obra de Engels ([1886], 2012) e de Marx ([1885], 2014), Althusser propõe que a “ganga mística” não seria de todo a filosofia especulativa e a concepção de mundo idealista enquanto elementos exteriores ao método; antes disso, estaria entranhada na própria dialética, uma vez que ela teria sofrido “mistificações entre as mãos de Hegel” (ALTHUSSER, [1962] 1979, p. 79). “[A] ganga mística não é outra coisa que a forma mistificada da própria dialética, isto é, não é um elemento relativamente exterior à dialética [como o sentido da sua aplicação], mas um *elemento interno, consubstancial*” (ALTHUSSER, [1962] 1979, p. 79, grifos do autor). Na inversão marxista da dialética não bastou, portanto, uma extração de seu envoltório externo (a alteração do seu sentido). Foi necessária uma escavação dolorosa da *sua própria pele*. Nesse processo, a dialética é transformada e o produto extraído já não é o mesmo, ocorrendo um deslocamento da natureza do seu objeto (do ideal para o material) e, antes de tudo, um deslocamento da sua própria natureza, colocando em exposto o problema das suas estruturas.

Assim, sustenta Althusser, o método marxista distingue-se da abordagem idealista não pela ordem dos seus objetos e pelo sentido da sua aplicação, mas pelas suas determinações e pelas suas estruturas. Implica-se, portanto, que, quando remontadas por Marx, as categorias⁴ principais da dialética hegeliana, como a *negação*, a *identidade dos contrários*, a *superação* e, até mesmo, a *contradição*, assumem uma configuração distinta.

Frente a Althusser, coloca-se a questão: quais implicações desta inversão metodológica na teoria materialista para a compreensão da categoria de contradição?

⁴ Aqui, faz-se necessária uma precisão terminológica. Em *Iniciação à filosofia para os não filósofos*, manuscrito publicado postumamente sob os cuidados de G. M. Goshgarian, Althusser ([1976~1978] 2019) propõe uma distinção entre *categoria* e *conceito*, à qual nos filiamos. Para introduzir o tema, o filósofo pergunta-se *de que se compõe uma tese filosófica?* Ao que responde, assertivamente: “de termos abstratos, que, para distinguir dos *conceitos* científicos, chamaremos de *categorias*. Uma categoria não tem objeto, no sentido em que se diz que um conceito científico tem objeto. Seu sentido lhe é atribuído pelo conjunto das categorias que constituem o sistema filosófico. Ela pode desempenhar o papel de uma tese, caso resuma num ponto preciso a *colocação* da filosofia em questão. E uma tese pode desempenhar o papel de uma categoria, caso seja resumida por ela” (ALTHUSSER, ([1976~1978] 2019, p. 212).

Quais as ressonâncias desta virada para teoria materialista dos processos discursivos, tal como Pêcheux a propõe?

Diante desses questionamentos, e tomando por base a interpretação althusseriana sobre a categoria de contradição, neste trabalho discutiremos o esforço teórico de Althusser em livrá-lo da aceção *mística-mistificada-mistificadora* do idealismo, com o objetivo específico de remontar⁵ algumas das suas implicações para a Análise de Discurso Materialista e aos modos como a contradição organiza estruturalmente o todo complexo com dominante das formações discursivas e coloca, nele/para ele, o imperativo à resistência.

Para tanto, reconhecendo suas limitações, organizamos nossa discussão em duas seções, somadas a estas breves palavras introdutórias: *contradição e sobre-determinação na teoria materialista da história*, em que discutimos a ordem destas definições em alguns dos trabalhos de Althusser, amplamente influenciado por Mao, e *Pêcheux, leitor de Althusser: contradição, discurso e resistência*, em que tratamos das ressonâncias do empreendimento filosófico de Althusser para a edificação da Análise de Discurso.

2. CONTRADIÇÃO E SOBREDETERMINAÇÃO NA TEORIA MATERIALISTA DA HISTÓRIA

O desenvolvimento filosófico do materialismo depende da descrição e da teorização das estruturas da dialética, ainda que já incorporadas à prática política. Althusser, tomando para si parte deste necessário empreendimento, dedicará seus esforços em desenvolver a categoria marxista de *contradição*, desdobrando-o, especialmente, em dois textos complementares: *Contradição e sobre-determinação* ([1962] 1979) e *Sobre a dialética materialista* ([1963] 1979a), compilados na obra *Pour Marx*.

Motta (2012), em seu estudo sobre o *(Re)começo do materialismo althusseriano*, observa que o marco inicial do filósofo se situa nas teorizações de Mao Tse Tung, especificamente no texto *Sobre a contradição* ([1937] 2009). Vistas como importantes reflexões para a interpretação da conjuntura dos países do Terceiro Mundo após a Segunda Guerra, as proposições de Mao são imprescindíveis para pensar a conformação das relações internas das formações sociais e as diferentes contradições aí em operação (MOTTA, 2012).

Para tanto, Mao ([1937] 2009) configura a contradição como um princípio da dialética, implicado à constituição fenomênica do mundo e que deve ser devidamente apreendido pelo operador metodológico do materialismo⁶. Nesse contexto, o autor distingue duas contradições, basicamente: as *principais*, relacionadas à dimensão econômica e expressas pela oposição capital/trabalho, e as *secundárias*, referentes aos tensionamentos superestruturais imbricados às instâncias jurídico-político-ideológicas. Em sua visão, “dos dois aspectos contrários, um é necessariamente principal e o outro, secundário. O principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O caráter dos fenômenos é sobretudo determinado por esse aspecto principal da contradição” (TSE TUNG, [1937] 2009, p. 60).

⁵ No decorrer do trabalho, empregamos “remontar” em suas duas aceções: via complemento indireto, produzir um “efeito de retorno a”; por complemento direto, produzir um “efeito de recomposição de”.

⁶ Ou, nas palavras de Mao, “a concepção dialética do mundo nos ensina sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, a partir dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é de uma importância extrema para nós” (TSE TUNG, [1937] 2009, p. 37).

Para o líder comunista ([1937] 2009), as contradições internas ocupam o cerne de determinada formação social ao passo que as contradições externas estão a favor da sua (re)produção. As contradições, desse modo, possuem caracteres tanto particulares quanto universais e estão no centro do desenvolvimento de todas as práticas. Entretanto, ainda que interdependentes, a relação estabelecida entre elas é de dominância, o que “decorre [d]o fato de que a contradição fundamental influencia e determina as contradições principais e secundárias, tornando-as ou agudizadas, ou resolvidas, ou atenuadas parcialmente/temporariamente, enquanto outras vão nascendo” (MOTTA, 2012, p. 76).

Sob essa perspectiva, os processos revolucionários são determinados pela contradição interna do modo de produção que, em seu cume, deve levar à formação de uma nova contradição principal/dominante em relação às secundárias. Não operam, portanto, como uma via única, mas constituem um todo complexo cuja estrutura implica, necessariamente, a subordinação de inúmeros tensionamentos superestruturais. Ainda que, para o líder comunista, o processo revolucionário se dê em etapas, estas não são vistas como aplicações mecânicas da contradição principal do capitalismo nos países terceiro-mundistas. É o caso, segundo Motta (2012), dos países latino-americanos afetados pelo imperialismo, em que a relação dominante/dependente se superpõe à relação de exploração entre as distintas classes sociais.

Nesse contexto, é pressuposto básico que o desenvolvimento das contradições sociais/históricas é desigual e os aspectos de uma contradição dependem, necessariamente, um do outro no sentido de que sem seu oposto um aspecto perde a condição diferencial de existência. Se falamos em “unidade” e “identidade” de contrários, portanto, é apenas para exprimir que “os aspectos contrários não podem existir isoladamente, um sem o outro” (TSE TUNG, [1937] 2009, p. 66). E não apenas isso: contingencialmente a identidade entre os contrários caminha para a transformação da relação de dominância, como no caso de uma classe dominada tornar-se dominante, e o contrário: “[s]e, num processo determinado ou numa etapa determinada do desenvolvimento da contradição, o aspecto principal é A e o aspecto secundário é B, numa outra etapa ou num outro processo do desenvolvimento, os papéis se invertem (TSE TUNG, [1937] 2009, p. 60). No desenvolvimento das etapas do processo revolucionário, a contradição entre duas classes agudiza-se tanto até o instante em que se coloca entre elas uma relação de antagonismo (MOTTA, 2012).

De acordo com a leitura de Motta (2012), um novo processo de unidade dos contrários só se faz possível quando se dá o fim de um dos agentes da contradição principal precedente, isto é, o aniquilamento de um termo pelo outro implica a fragmentação do agente vitorioso, lançando as bases da contradição que vai dar as diretrizes de um novo processo histórico. Sumariamente, a dialética é tomada por Mao como uma “dialética da destruição/divisão, e permite pensar a transição de um modo de produção a outro como uma transformação das relações de produção e das forças produtivas dominantes por outras de natureza distinta” (NAVES, 2005, p. 38 *apud* MOTTA, 2012, p. 78).

Com base nesses fundamentos, Althusser proporrá uma de suas maiores contribuições à ciência da história, em específico para a análise das crises conjunturais que se apresentam no pós-guerra. Para Gillot (2018), reside aí a originalidade teórica de Althusser, que busca na psicanálise os instrumentos para a releitura de Marx em uma perspectiva antieconomicista/anti-historicista, quando mobiliza, particularmente, os termos *sobredeterminação* e *causalidade estrutural*. Para isso, em constante autocrítica, vê-se diante da necessidade de superar os princípios gerais lançados em *Ler o Capital* (ALTHUSSER, BALIBAR, [1967] 1974) em função da capacidade de interpretar

acontecimentos históricos, de fato, como processos determinados por contradições múltiplas e desiguais.

Lembra-nos a mesma estudiosa (2018) que no âmbito do projeto filosófico de Althusser, esses vocábulos são evocados, em um primeiro momento, para o entendimento dos processos históricos que engendraram a Revolução Russa. Em vias subterrâneas, é pretendida uma ruptura com a concepção reducionista de que a economia põe a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção como causa determinante dos demais tensionamentos de certo modo de produção. Esse corte, sustentado em Mao, descreve uma rede complexa de contradições unidas cuja “força”, contingencialmente, levaria a uma *carambolage* revolucionária (ALTHUSSER, [1962] 1979).

Neste sentido, as contradições superestruturais – ou, melhor, instâncias⁷ que derivam na/da estrutura social – têm consistência e eficácia (relativamente) autônomas. Se se fundem em uma unidade real, as diferenças características de cada uma delas não se dissipam em um todo homogêneo, mas sim constituem uma unidade aberta marcada pela sua natureza e pela sua eficácia própria e direcionadas pelas modalidades específicas da sua ação na formação social. Essa observação leva Althusser ([1962] 1979, p. 86-87, grifos do autor) a concluir que, ao conformarem essa “unidade”, “reconstituem e realizam, com efeito, essa unidade fundamental que as anima, mas fazendo-o, indicam também a sua natureza: que a ‘contradição’ é inseparável da estrutura do corpo social total no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das *instâncias* mesmas que governa”. A unidade é, assim, no seu seio, afetada pelas contradições secundárias; determinante e, no mesmo movimento, determinada. Ao ser determinada pelas diversas instâncias da formação social às quais dá vida, diz Althusser ([1962] 1979), pode-se dizer que a estrutura dominante, a econômica, é *sobredeterminada*.

Ao levarmos estas proposições à última instância, a única conclusão possível é a de que a estrutura social não é uma maquinaria originária, mas um todo que se articula de modo complexo e movente. Na perspectiva de Motta (2012, p. 80), está aí o empréstimo mais feliz de Mao a Althusser: são as “diferenças entre as contradições e as relações destas com a estrutura dominante significam a existência do[no] todo”. Não significa dizer que a contradição principal é “essência” das secundárias, e que estas seriam “puro fenômeno” da principal. Pelo contrário: implica que as contradições secundárias são tão necessárias à (re)produção/transformação da contradição principal quanto constituem as suas condições materiais de existência, ao mesmo passo que o inverso é verdadeiro (a contradição principal é tão necessária à (re)produção/transformação das contradições secundárias quanto constitui as suas condições materiais de existência) – no movimento dialético da identidade dos contrários, a infraestrutura e a superestrutura constituem a condição de existência uma da outra na construção do contínuo da História, um imenso sistema natural-humano em *moto-perpétuo*.

Não se nega, por isso, a “estrutura com dominante” que organiza as contradições, a saber, a estrutura econômica que coloca em disputa a exploração do trabalho. Afirma-se, por outro lado, que a contradição se situa no interior dela e é esta teorização “da estrutura articulada com dominante que constitui a unidade do todo complexo no interior de cada contradição [...] o traço mais profundo da dialética marxista” (MOTTA, 2012, p. 81; ALTHUSSER, [1962] 1979a, p. 181-182). Dadas estas relações, Althusser ([1968] 1980) designará a “sobredeterminação”, também, pelo termo “causalidade estrutural” ao

⁷ Mobilizamos o termo *instância* tal como Althusser o compreende a partir de sua definição de *modo de produção* e, portanto, “instância” carrega consigo o modificador “social”. Para o autor ([1962] 1979), *instâncias* tratam-se de regionalizações *complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinadas* que se articulam em um *todo*.

passo que deixa de dar ênfase ao termo “contradição”, em específico (MOTTA, 2012; GILLOT, 2018).

Conforme nos lembra Gillot (2018), assim como o de *sobredeterminação*, o conceito de *causalidade estrutural* é recuperado por Althusser da psicanálise freudolacaniana. Traz consigo a aceção de que a estrutura dominante (econômica) determina a superestrutura (instâncias jurídico-política e ideológicas) a partir de um efeito de ausência desta determinação para que, aos olhos do sujeito, “o efeito seja tomado pela causa” (ALTHUSSER, [1968] 1980, p. 141). Ou, nas palavras de Althusser ([1968] 1980, p. 128), “tanto o econômico quanto a eficácia dos distintos níveis da estrutura social não são claramente visíveis”. A exemplo, Althusser ([1968] 1980) menciona o trabalho dos antropólogos e etnólogos, que, na busca pelo econômico, caem nas relações familiares ou nas instituições religiosas... Nesses casos, não há uma apreensão imediata do econômico, do objeto econômico “bruto”, nem da sua eficácia neste ou naquele nível. Aí, a identificação do econômico passa pela (re)construção do seu conceito que implica a definição da existência e da articulação dos diferentes níveis das estruturas no/do todo.

De acordo com Motta, para o desenvolvimento da *causalidade estrutural* Althusser ([1968] 1980, p. 140) retorna aos manuscritos econômicos filosóficos de 1857, os *Grundrisse* de Marx ([1857-1858] 2011). Neles se lê:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, [1857-1858] 2011, p. 86, *apud* MOTTA, 2012, p. 82-83).⁸

Na perspectiva de Motta (2012, p. 83), na metáfora do éter e da luz presente no texto marxiano, o filósofo francês vê a possibilidade de nominar, ao mesmo tempo, “a presença e a ausência da estrutura em seus efeitos”; não enquanto “essência externa”, mas enquanto “(re)produção imanente de seus efeitos” (MOTTA, 2012, p. 83). A estrutura, assim, só existe enquanto categoria formal que consiste (existe) em seus efeitos materiais. A estrutura ideológica, por exemplo, é resultado dos seus próprios efeitos, ainda que articulada interfuncionalmente a outras estruturas a favor dos mecanismos de (re)produção/transformação.

Outro aspecto desenvolvido por Althusser, para além da ruptura com o economicismo, é o combate à visão teleológica (enquanto progresso) que se insinua sobre o edifício da teoria da história. Se em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 1970) a história é um *processo sem início nem fim* e seu motor é a contradição *sobredeterminante/sobredeterminada*, a estrutura dominante da história e as demais instâncias que a *sobredeterminam* não podem ser estanques, precisam abrigar em si mesmas o movimento perpétuo de reprodução e de transformação levados a efeito nas/pelas práticas sociais.

Dedicando especial atenção a esse tema, Althusser ([1963] 1979a, p. 144) definirá prática em geral como “todo processo de transformação de uma determinada matéria-

⁸ Althusser ([1968] 1980, p. 38), no capítulo *O objeto do capital*, cita de maneira mais rápida esta passagem dos *Grundrisse*. Aqui, tomamos a liberdade de trazer este excerto de forma mais delongada, tal como Motta (2012) o faz. Para nós, é nesse ponto que a passagem seguinte, remontada por Althusser dos manuscritos de 1857, é mais relevante ainda: “Não se trata da relação que se estabelece entre as relações econômicas na sucessão das diferentes formas de sociedade. Menos ainda da ordem de sucessão dessa ‘na ideia’ (Proudhon), *trata-se de sua hierarquia articulada* (Gliederung) *na sociedade burguesa*” (MARX, [1857-1858] 2011, *apud* ALTHUSSER, [1968] 1980, p. 38, grifos do autor). A partir desse excerto, compreende-se as bases da tese Althusseriana das múltiplas contradições desigualmente articuladas, em contraposição à tese idealista de uma contradição linear/simples.

prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios ('de produção') determinados". A essa "prática geral" Althusser designará *prática social*, um todo-complexo com dominante das práticas particulares desencadeadas em uma certa formação social. A prática (sobre)determinante (dominante) de uma certa sociedade capitalista é o *trabalho*, isto é, a prática de transformação da natureza em produtos pela ação dos homens "trabalhando pelo emprego metodicamente regulado de meios de produção determinados no quadro de relações de produção determinadas" (ALTHUSSER, [1963] 1979a, p. 144). Em posição secundária, a prática social comporta ainda outras três instâncias essenciais: a *prática teórica* (a transformação das práticas ideológicas empíricas existentes em conhecimento), a *prática jurídico-política* (a transformação das relações sociais em novas relações sociais através da constituição de estratégias de ruptura) e a *prática ideológica* (a transformação da racionalidade dos homens e das formas como, imaginariamente, se relacionam com suas condições reais de existência).

Nesse sentido, a concepção de contradição em Althusser, e suas implicações sobre a categoria de prática social, torna-se fundamental para o desenvolvimento da Análise de Discurso (doravante AD) materialista, especialmente no que se refere à definição de ideologia e à sua realidade material em discurso. Tomando por arrimo a máxima althusseriana de que *a Ideologia representa a relação imaginária entre os indivíduos com suas condições reais de existência* (ALTHUSSER, 1970, p. 86), Pêcheux ([1975] 2014) propõe que, dado que ideologia é prática, seu determinante não é o homem, ou as imagens especulares através das quais se relaciona com o real, mas a prática ideológica, em si, no momento de seu funcionamento. Assumindo o discurso como base material dos processos ideológicos, e enquanto estrutura e acontecimento, Pêcheux vê em seu objeto o potencial de remontar o funcionamento próprio das práticas ideológicas e, por conseguinte, da estrutura da ideologia aí implicada. Na prática teórica, tem-se possibilidade de compreender os modos como a determinação econômica se (re)produz/transforma nas práticas ordinárias, como sobredeterminam a relação, imaginária, dos homens com suas condições reais de existência e como esta compreensão tornaria possível a transformação das relações sociais. A prática teórica da AD, portanto, está pautada, fundamentalmente, pela transformação das práticas ideológicas existentes em conhecimento. Isso sob o intento de mobilizar estes conhecimentos à constituição de estratégias de ruptura das relações sociais hegemônicas. Uma prática teórica construída na/pela/em razão da prática política.⁹

3. PÊCHEUX, LEITOR DE ALTHUSSER: CONTRADIÇÃO, DISCURSO E RESISTÊNCIA

A partir desses princípios, desenvolvidos em seus textos tardios, e embrionários em seus primeiros escritos, Pêcheux ([1975] 2014) distingue duas formas de ideologia: a de produto derivado da prática técnica empírica (forças produtivas) e de produto derivado das condições da prática política (relações sociais de produção). Compartilha a leitura Althusseriana de que a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (a base econômica da formação social) é própria da dinâmica do modo de produção capitalista e das práticas ideológicas.

As formas materiais da ideologia, conforme é possível interpretar em Pêcheux ([1975] 2014), servem como mecanismos da superestrutura (os Aparelhos de Estado) para

⁹ As reflexões trazidas neste último parágrafo remetem a discussões realizadas em um trabalho anterior (BRETANHA; ERNST, 2021)

a reprodução da dominação da base econômica pela classe dominante ou sua transformação pelas classes dominadas. Com o objetivo de tornar operacional estes princípios, Pêcheux ([1975] 2014) formula o conceito das formações ideológicas (FI), correspondentes formais à regionalização das ideologias particulares realizadas nos/pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE, ALTHUSSER, 1970) em relação à formação social. As FI são, portanto,

elemento[s] suscetív[eis] de intervir como [...] força[s] em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147).

Unidas à conformação da estrutura ideológica principal, as FI mantêm-se em relações de constante conflito e conciliação, referindo-se às mesmas *coisas* de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e mantendo “um caráter de classe” (PÊCHEUX, [1975] 2014, [1982] 1990). Na perspectiva de Pêcheux, a forma como as posições sociais e posições de classe são organizadas em um espaço discursivo institui o conceito de FI, ao passo que essas FI se conformam em diferentes formações discursivas (FD), entendidas “como aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode ser dito [e feito]” no sentido de que, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 198). As FD corresponderiam, portanto, aos efeitos da estrutura ideológica a partir dos quais a própria ideologia encontra a possibilidade de atualização.

Oriunda do pensamento foucaultiano, a formação discursiva guarda em sua concepção a acepção de regularidade própria a processos temporais “entre uma série de acontecimentos discursivos e outra série de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos” (FOUCAULT, [1969] 1971, p. 92, *apud* INDURSKY, 2007, p. 3). Segundo Indursky (2007), no método arqueogenealógico, a definição de FD é bastante próxima à própria definição de discurso que, nas palavras de Foucault ([1969] 2009, p. 133), refere-se “a um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” e é determinada em função das condições estabelecidas entre instituições. Dito isso, a FD constitui-se como um princípio determinativo que (des)autoriza, no âmbito de um certo discurso, um certo número de enunciados. A serem estabelecidas pelo analista a partir de regularidades, uma formação discursiva não abrange todo o contingente possível de enunciados que lhe possibilitam seus sistemas de formação. Conforme Foucault ([1969] 2009), a FD é lacunar devido ao próprio sistema discursivo de escolhas estratégicas. Cabe salientar que, nesse contexto, “Foucault afasta a ideologia como princípio organizador de uma repartição [FD], por considerá-la inadequada” (INDURSKY, 2007, p. 80).

Assumindo o discurso enquanto efeito de sentido entre locutores, prática ideológica que se instaura na hiância entre a estrutura e o acontecimento, a AD distancia-se do discurso foucaultiano, pensado como conjunto formal de regras que determina a enunciação, e assume o discurso como efeitos de sentidos engendrado por/como práticas sociais e toma a contradição como princípio organizador da FD. Essa posição está presente em Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014, p. 163-164), para quem “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica”. Em outras palavras, “a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as [FI] comportam necessariamente, como um de seus

componentes, uma ou várias [FD] interligadas que determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014, p. 163-164). Outro ponto nodal, que aí permanece subterrâneo, é que Pêcheux, tal como Marx fez com a dialética de Hegel, não apenas inverte o conceito de FD a partir da reorganização do seu sentido, do “regular” para o “ideológico”, senão, antes de tudo, redesigna a sua natureza alocando a contradição enquanto elemento estruturante do todo complexo com dominante em que se inserem, prevendo o efeito de ausência desta estrutura em sua organização e seu potencial sobredeterminador nas práticas de reprodução/transformação. Coloca-se, portanto, o primado da prática no instante do acontecimento sobre a materialidade e, conseqüentemente, sobre o próprio sujeito.

Em vistas de descrever com rigor esse funcionamento, Pêcheux vê a necessidade de uma teoria não subjetiva da subjetividade em que se observe o sujeito enquanto “efeito” da Ideologia¹⁰. Segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), é por meio da relação do sujeito com a FD e com a forma-sujeito (FS) dominante que se chega ao funcionamento do discurso. Visando à relação de identificação do sujeito enunciativo e a forma sujeito de uma determinada FD, Pêcheux ([1975] 2014) chega à configuração de três modalidades de tomada de posição: primeira, a do sujeito do discurso que se identifica “plenamente” com o Sujeito (forma-sujeito histórica), o bom sujeito; segunda, a do sujeito que se contrai-identifica com a forma-sujeito dominante e a contesta, o mau sujeito; e, por fim, a do sujeito que se desidentifica com a forma-sujeito, rompendo com a FD na qual estava inscrito; logo, passa a se identificar com outro domínio de práticas e nele passa a estar inscrito.

Pensa Indursky (2007), ao considerar diferentes modalidades de tomada de posição, Pêcheux ([1975] 2014, [1982] 2014a) assume a possibilidade de heterogeneidade na organização de uma FD. Conforme o autor (1980, p. 192, tradução nossa)¹¹, essa heterogeneidade é devida à natureza própria da ideologia que jamais é “idêntica a si mesma, não existe senão sob a modalidade da divisão, e não se realiza senão na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários”. Dessa maneira, a heterogeneidade das FD, além de ser engendrada pela organização da ideologia, é reflexo da própria organização da formação social que, ao mesmo tempo, é sobredeterminante e sobredeterminada e implica a constante sobreposição do mesmo sobre si, do diferente sobre o mesmo, e do mesmo sobre o diferente. Ou, como diz Pêcheux (1980, p. 192, tradução nossa):

[e]m tais condições, parece literalmente impossível reivindicar “o discurso da ideologia religiosa”, “o discurso da ideologia política”, etc., como tipos essenciais, ou inclusive subdividir cada um deles mediante uma tipologia das “formações discursivas”. Parece-me que este termo, tomado de Foucault, oferece grandes vantagens; mas com a condição expressa de medir o que para esse autor determina seu uso, com objetivo de retificá-lo.¹²

¹⁰ Lembremos que, a partir de Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), a teoria não subjetiva da subjetividade é remontada a partir da psicanálise lacaniana. Por sua vez, é impossível falar da teoria da subjetividade em Lacan sem buscar seus princípios na filosofia hegeliana, cuja recepção na França e pela psicanálise francesa é articulada à obra de, pelo menos, três grandes pensadores: Koyré, Hyppolite e Kojève. (Cf. DUNKER, 2017).

¹¹ No original: “una ideología es no idéntica a sí misma, no existe sino bajo la modalidad de la división, y no se realiza más que en la contradicción que con ella organiza la unidad y la lucha de los contrarios”.

¹² No original: “Em tales condiciones, parece literalmente imposible plantear “el discurso ideológico religioso”, “el discurso ideológico político”, etc., como tipos esenciales, o inclusive subdividir cada uno de ellos mediante una tipologia de las “formaciones discursivas”. Me parece que este término, tomado de Foucault, ofrece grandes ventajas; pero con la condición expresa de medir lo que para ese autor determina su uso, con objeto de rectificarlo”.

A leitura mais radical, nesse sentido, é a de atentar ao fato de que, tal como Marx operou com o método especulativo hegeliano, Pêcheux operou com a arqueogenealogia de Foucault. Para que a Formação Discursiva seja tomada pela via materialista, antes de tudo, era/é necessário “invertê-la” e escová-la a contrapelo afim de deitar fora sua “ganga mística”. Qual é, então, a especificidade da Formação Discursiva para a Análise de Discurso? Neste ponto, parece-nos que Pêcheux (1980) fornece índices inegáveis: a especificidade das Formações Discursivas para a teoria materialista dos processos discursivos diz respeito ao modo de sua configuração, sempre (sobre)determinada por relações de contradição múltipla, heterogêneas e desiguais, cuja base material inscreve-se nas práticas sociais de (re)produção e de transformação das condições reais de existência. Logo, a *inversão* promovida por Pêcheux não diz respeito, tanto, à denegação foucaultiana do conceito de ideologia, mas fundamentalmente à necessidade de levar às últimas consequências a contradição enquanto princípio fundamental da dialética que incide para múltiplas determinações *complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinadas*¹³. Nesse ponto, faz-se fundamental convocar Pêcheux, quando avalia:

[...] não se trata de se desfazer de Foucault acentuando ainda mais a inclinação reformista à qual possa levar, mas de *desenvolver* a categoria marxista-leninista de contradição no sentido de uma apropriação mediante a teoria e a prática do movimento operário, do materialista e revolucionário que contém o trabalho de Foucault. (1980, p. 192, grifos do autor).¹⁴

Buscando compreender a heterogeneidade constitutiva das FD, aponta Indursky (2007), Pêcheux cunha outro conceito, contemporâneo ao de tomadas de posição: o de *interdiscurso*. Para o autor ([1975] 2014), o interdiscurso é o todo complexo com dominante das formações discursivas. As FD funcionam como regionalizações do interdiscurso e atualizariam aquelas práticas autorizadas pela FS no fio do discurso, a cadeia significativa (o intradiscurso). Distinguem-se, assim, duas dimensões dos registros da memória do dizer (INDURSKY, 2001): o *interdiscurso*, a memória saturada das práticas alheias à formação discursiva, e a *memória discursiva*, a memória lacunar, que concatena as práticas avalizados ideologicamente pela regionalização de uma FD. Nesse contexto, o sentido se produz nas relações metafóricas, cujas operações de deslizamento são engendradas por processos linguísticos como a substituição, a sinonímia e a paráfrase (INDURSKY, 2001).

Pautada nesses princípios, Cazarin (2004) salienta que as FD vêm a ser o lugar mais ou menos provisório em que o efeito metafórico se inscreve, uma vez que é em relação à sua organização que o simbólico recebe seus sentidos. Por outro lado, a evidência do sentido que emerge da FD mascara a sua dependência em relação ao interdiscurso, visto que, “por ser o lugar de realização da transferência, poderia ser a causa, porque o sentido não engendra a si próprio, mas *‘se produz no non-sens’*” (CAZARIN, 2004, p. 29, grifos da autora). Nessa perspectiva, o efeito metafórico que constitui os sentidos é sempre determinado por uma regionalização do interdiscurso, que nunca se interpõe como um todo.

¹³ Parafraseando Althusser ([1962] 1979, p. 79), podemos dizer: deslocar o sentido da aplicação de uma formação discursiva do nível do enunciado para a instância ideológica não opera qualquer inversão metodológica. Pelo contrário, mantém-na intacta. É necessária uma escavação dolorosa da sua pele, deslocando a sua própria natureza teórica, colocando em exposto o problema epistemológico das suas estruturas e determinações.

¹⁴ No original: “por lo tanto, no se trata de deshacerse de Foucault acentuando aún más la inclinación reformista a la que puede llevar, sino de *desarrollar* la categoría marxista leninista de contradicción en el sentido de una apropiación mediante la teoría y la práctica del movimiento obrero, de lo materialista y revolucionario que contiene el trabajo de Foucault”.

Frente a essas considerações, e referindo-se às modalidades de tomada de posição, lembra-nos Indursky (2005, p. 6) que práticas “que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-lo, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD”. Ao (re)produzir o entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, oriundo de um outro lugar, de outro discurso, de outra formação discursiva as modalidades de tomada de posição cumprem seu papel (INDURSKY, 2005).

A categoria da contradição, portanto, é constitutiva dos processos de constituição da subjetividade (PÊCHEUX, 1980) e, atrelados ao funcionamento da ideologia, esses processos são as forças que dão movimento aos processos de *reprodução-transformação* (ALTHUSSER, 1970), seja da estrutura social, seja dos sentidos. As FD, assim com os AIE, não são homogêneas, instrumentos infalíveis da ideologia do capital, mas construtos inseridos no movimento sem início nem fim da luta de classes. A contradição, nesse sentido, para além de um mecanismo para a reprodução, é abrigada pelas FD, trazendo para seu seio, a propósito da sua manutenção (ou não), o diferente e a resistência (de NARDI; NASCIMENTO, 2016).

Na leitura de Nardi e Nascimento (2016), nos textos tardios de Pêcheux, especialmente em sua retificação (PÊCHEUX, [1982] 2014a), é que se pode vislumbrar de modo mais incisivo o papel da resistência na teoria materialista dos processos discursivos. Com base na primazia do inconsciente, Pêcheux ([1982] 2014a) sustenta que pensar o ritual de interpelação ideológica presume admitir que não há ritual sem falhas. Sob essa perspectiva, o assujeitamento do sujeito do discurso à FD não significa sua (plena) submissão à ordem da Forma-Sujeito, pelo contrário: por dar-se no campo do político e do simbólico, é injungido à resistência. Ao ocupar uma posição discursiva, necessariamente, o sujeito resiste a outras. A resistência e, por oposição, a dominação coexistem no ritual de interpelação ideológica. Toda tomada de posição, “toda identificação com uma forma sujeito implica resistência tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem [as práticas] dessa FD ou as negam, provocando rupturas” (de NARDI; NASCIMENTO, 2016, p. 87). Assim sendo, para as autoras (2016), a tomada de posição do sujeito em relação à Forma-Sujeito que organiza uma FD é sempre-já um movimento de resistência, implicado pela interpelação ideológica e pela reprodução-transformação da luta de classes.

Tomado a categoria de contradição como organizadora das FD, e vendo nelas o lugar da resistência múltipla, podemos sumarizar, pelo menos quatro funcionamentos da contradição nas/das FD que colocam, por sua vez, quatro relações de resistência distintas (tanto na tomada de posição do sujeito enunciador em relação à FD, quanto à relação das suas próprias condições estruturais)¹⁵. São eles:

¹⁵ Embora inserido em contexto epistemológico distinto, é impossível não remeter às reflexões de Foucault ([1969] 2009) sobre a contradição na *Arqueologia do Saber*. Em seção dedicada ao assunto, o autor propõe três “diferentes” contradições derivadas de um ou mais campos epistemológicos que constituem as FD como espaço de dissenso: as *proposicionais/assertivas*, estabelecidas no seio de uma mesma FD sem afetá-la estruturalmente; as *intrínsecas*, que, igualmente, se estabelecem em uma mesma FD, mas que fazem derivar, dentro dessa regionalização, subsistemas; e, por fim, as *extrínsecas*, estabelecidas entre formações discursivas distintas (FOUCAULT, [1969] 2009, p. 173). Para além de reconhecer as relações de contradição, com base em Pêcheux, defendemos que não basta para o analista de discurso reconhecer “diferentes tipos de contradição, diferentes níveis segundo os quais se pode demarcá-la, diferentes funções que ela pode exercer” (FOUCAULT, [1969] 2009, p. 172), mas também, com base nesse trabalho de análise material, depreender relações *complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinadas*; ou, nas palavras de Pêcheux (1980, p. 196), para que *se lute pela formação discursiva*, há que ser “bem compreendido que a perspectiva regional das 'formas de reparação' e dos 'sistemas de dispersão' de Foucault devem ser reordenados de acordo com a análise das contradições de classe”.

0¹⁶ – **a contradição estruturante de uma determinada FD**: a contradição que coloca em relação de dominância a causalidade estruturante da formação social em relação às práticas que decorrem da sua eficácia, cuja resistência se dá na tentativa de tamponamento da sua presença em toda prática que, contingencialmente, está a favor da sua manutenção;

1 – **a contradição da eficácia de uma FD**: a contradição que coloca em relação de dominação o funcionamento próprio de uma FD e o sujeito enunciador, cuja resistência se dá no momento da captura do indivíduo em sujeito pela ideologia;

2 – **a contradição “interna” de uma FD**: a contradição que coloca em relação de dominância a Forma-Sujeito dominante em relação às demais posições sujeito, cuja resistência se dá nas fronteiras porosas regionalizadas pela FD;

3 – **a contradição “externa” de uma FD**: a contradição que coloca em relação de dominância uma FD dominante em relação às demais FD, cuja resistência se dá na relação entre a regionalização da FD e o todo-complexo com dominante das FD, o interdiscurso.

Antes de tudo, cabe observar que designamos o par antitético “interno/externo” com estes termos reconhecendo a sua insuficiência e utilizando-os como elementos retóricos¹⁷. Se falha, por este lado, por outro serve, quase que “topologicamente”, para abordar a FD a partir da metáfora da regionalização: toda regionalização presume o esboço de fronteiras. Estas, ao mesmo tempo em que contornam uma linha imaginária que (in)define o dentro/fora de um domínio de práticas, aloca a FD, paradoxalmente, como uma *unidade aberta*: não enquanto lugar onde algo tem seu fim ou seu fechamento, mas enquanto ponto a partir do qual o alheio começa a se fazer presente. A fronteira, portanto, “só pode ser feita por meio de um aberto à vizinhança de um ponto fronteiro” (LECOMTE, [1980] 2016, p. 162) tornando “susceptível de introduzir aí o contraditório” (LECOMTE, [1980] 2016, p. 162). É a partir desta relação *dentro/fora* que se pode apreender o *todo* enquanto categoria e, ao mesmo tempo, constatar a impossibilidade de apreendê-la (a categoria de todo) materialmente.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a contradição opera em dois níveis, embora um subsuma o outro em uma relação necessária: um (i) subterrâneo e outro (ii) descritivo-interpretativo que, na crítica da ideologia, são complementares (ZIZEK, 1992). O último, que engloba as contradições 1, 2 e 3, é de caráter discursivo e tradicionalmente levado a efeito pela teoria materialista dos processos discursivos. Aí, o intento principal é o de analisar como as relações de contradição organizam um dado domínio de práticas ideológicas. Neste nível, chegamos à determinação do sentido através do trabalho constante dos deslocamentos/condensações colocados em movimento na/pela luta de classes. O primeiro, que engloba a contradição 0, possui caráter de uma causalidade estruturante e aloca a FD como sobredeterminada/sobredeterminante e, por isso, ao mesmo tempo, economicamente determinada e, contingencialmente, reprodutora/transformadora das relações de dominação articuladas em função do econômico. Esta contradição mobiliza o “insuportável” da ideologia, a clivagem ideológica impossível de ser integrada na ordem simbólica, e que se insinua pelo viés da denegação *não há relação de classe*. A ideologia burguesa esforça-se em produzir esta

¹⁶ Quanto a esta enumeração, cabem duas notas: primeira, a de que partimos de “0” com o intuito de desdobrar a teorização sobre as contradições sem uma origem, concebendo-as, antes de tudo, como processo, e não como fim ou gênese – a acepção de vazio faz-se proveitosa; segunda, decorrente desta, a de que a série que se segue (1, 2, 3...) é mero recurso expositivo uma vez que, em análise, todas as instâncias de contradição são coocorrentes, consubstanciais e subsumem-se umas às outras, ainda que desigualmente a depender da conjuntura.

¹⁷ Retóricos, mas não tanto. Lembremos, aqui, por exemplo, o brilhante estudo de Indursky ([1992] 2013) sobre o funcionamento discursivo da negação sob as formas da *negação interna*, da *negação externa* e da *negação mista*.

denegação através do imaginário de uma “sociedade orgânica e complementarmente organizada”, que “não é fundamentalmente partida”. Neste nível, subterrâneo, busca-se apreender no sintoma ideológico a ordem desta clivagem.

Pautados na leitura de Žižek (1992), parece-nos que neste ponto o alheio se insinua sobre o mesmo, a ideologia busca no funcionamento psíquico da fantasia fundamental, na clivagem constitutiva que coloca a impossibilidade de um gozo pleno e o imperativo ao mais-gozar, a possibilidade de sempre-já interpelar o indivíduo em sujeito. Em outras palavras, é o ponto em que a ideologia busca paralelamente no funcionamento (relativamente independente) de outras estruturas a possibilidade de seu funcionamento. Sob essa perspectiva, o discurso assemelha-se a um nó cujas extremidades contornam, ao mesmo tempo e indissociavelmente, as instâncias da castração (estrutura psíquica), da interpelação (estrutura ideológica) e da enunciação (estrutura da língua). A esse laço social, que faz história, designamos, justamente, como *prática*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À construção do presente trabalho, colocamo-nos frente à questão: *quais as implicações da inversão metodológica operada por Marx em relação à dialética hegeliana para a compreensão da categoria de contradição? Quais as ressonâncias desta virada para teoria materialista dos processos discursivos, tal como Pêcheux a propõe?*

Diante desses questionamentos, assumimos o empreendimento de discutir o esforço teórico de Althusser em livrá-lo da acepção *mística-mistificada-mistificadora* do idealismo, com o objetivo principal de desdobrar algumas das suas implicações à Análise de Discurso Materialista. Em específico, nos dedicamos a discutir aos modos como a contradição organiza estruturalmente o interdiscurso e coloca, nele, o imperativo à resistência.

A partir de uma incursão pela obra de Althusser, tomando por arrimo a sua leitura de Mao, e pela obra de Pêcheux e suas teorizações sobre a teoria materialista dos processos discursivos, foi-nos possível traçar paralelos entre o estatuto dado à contradição pela perspectiva althusseriana e a contradição assumida pela Análise de Discurso como princípio organizador de todo o dispositivo teórico-analítico, principalmente no delineamento das relações entre ideologia e discurso. Nesse ínterim, recuperamos que, em Pêcheux, dado o funcionamento da contradição, a resistência entre os elementos de qualquer estrutura é sempre esperada. Depreendemos, frente a isso, que a contradição enverga um duplo caráter: (i) o de categoria dialética implicada aos fundamentos teóricos; e, (ii) o de conceito analítico a ser mobilizada no/pelo gesto interpretativo. Exige do analista de discurso, portanto, um duplo movimento: (i) o de apreender os sentidos enquanto uma montagem de significantes flutuantes totalizados por algum “ponto de basta” (a FD); e, (ii) o de remontar a partir do sintoma o índice da clivagem ideológica, isto é, a luta de classes.

Desdobremos a questão de outro modo... Se as contradições, e as formas da resistência, estão submetidas ao princípio da desigualdade múltipla, há no funcionamento do ideológico o *principal* e o *secundário* (ALTHUSSER, [1963] 1979a), que devem ser vistos pelo materialismo histórico como formas de apreender, na história, uma realidade onde reina a *identidade dos contrários* (TSE TUNG, [1937] 2009). Se a *identidade dos contrários* é vista como processo, e não como um fim em si mesma, ela presume o batimento entre “a passagem, em condições determinadas, de um contrário no lugar do outro, a mudança dos papéis entre as contradições e seus aspectos” (ALTHUSSER, [1963] 1979a, p. 186), e “‘a identidade’ dos contrários numa unidade real” (ALTHUSSER, [1963] 1979a, p. 186). Considerando essas

duas condições, o funcionamento ideológico se dá em um contínuo processo de condensação das contradições e de deslocamentos da dominação, articulados sobre uma causalidade estruturante que se insinua nos/sobre/a partir dos seus efeitos.

Em seu potencial descritivo-interpretativo, a contradição está implicada, pelo menos, (1) na eficácia da FD no processo de interpelação, (2) na relação entre a Forma Sujeito que a organiza e as demais posições sujeito, (3) entre a FD e suas concorrentes no interdiscurso, e (0) na relação entre as FD e sua causalidade estruturante. Aí, a resistência manifesta-se sob diferentes roupagens, desde a resistência à tomada de posição, até a tentativa de tamponamento da organização da FD como uma causalidade estrutural, cujo funcionamento ideológico levar-nos-ia a tomá-la como efeito de si mesma. A contradição, que em Marx-Lenin (ALTHUSSER, 1979a) articula-se *complexamente-estruturalmente-desigualmente-determinada*, permite-nos afirmar, por via de retorno, que a resistência se reveste no/do mesmo funcionamento.

Dito isso, ao encerramento deste texto, retornamos ao seu subtítulo: *Só há falha daquilo que causa*. Pêcheux ([1982] 2014a) mobiliza o aforismo lacaniano “só há causa daquilo que falha” para referir-se que algo mancava em seu projeto filosófico; a saber, a pressuposição de um sujeito-ego-consciente (bom sujeito) no caso da identificação. Lacan ([1964] 2008), por sua vez, quis apontar que entre uma causa e aquilo que ela afeta há uma hiância, algo que ainda não-é, mas virá-a-ser. Situando o inconsciente nessa hiância entre a causa e o real, Lacan dirá que o que importa não é aquilo que ele determina, mas ele mesmo enquanto negatividade que mostra por onde a estrutura se conforma a um real. A contradição opera pelas mesmas vias. Coloca o observador nos bastidores do “teatrinho” da interpelação. Ao invertermos os sintagmas em “só há falha daquilo que causa” não pretendemos inverter seu sentido primeiro, de que aquilo que é determinante só existe em razão do equívoco, e/ou da contingência, mas somar um segundo: o de que é neste/a partir deste equívoco que a causalidade estruturante alcança o seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença 1970.
- ALTHUSSER, L. [1962]. Contradição e sobredeterminação: notas para uma pesquisa. In: ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 75-102.
- ALTHUSSER, L. [1963]. Sobre a dialética materialista: da desigualdade das origens. In: ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a, p. 140-193.
- ALTHUSSER, L. [1968]. O objeto do capital. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABLET, R. [1968]. *Ler o Capital*. v. 2. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ALTHUSSER, L. [1976~1978]. *Iniciação à filosofia para os não filósofos*. Texto estabelecido e anotado por G. M. Goshgarian. Prefácio de Guillaume Sibertin-Blanc. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, É. [1967]. *Para leer el capital*. Tradução de Martha Harnecker. 7. ed. Córdoba: Siglo XXI Editores, 1974.
- BRETANHA, S.; ERNST, A. G. Imaginários de trabalho: Vargas e o discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1943). *Revista Letras Raras*, v. 10, n. 1, p. 97-120/Esp. 96-121, 2021.
- CAZARIN, E. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DE NARDI, F. S.; NASCIMENTO, F. A. S. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise de discurso: Movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 19, n. 2, p. 80-103, 2016.
- DUNKER, C. I. L. A psicanálise como crítica da metafísica em Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 6, n. 10, p. 1-15, 2017.

- ENGELS, F. [1886]. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 2, p. 131-166, 2012.
- FOUCAULT, M. [1969]. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FOUCAULT, M. [1969]. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GILLOT, P. *Althusser e a psicanálise*. Tradução de Pedro Eduardo Zini Dovoglio, Fábio Ramos Barbosa Filho e Marie-Lou Lery-Lachaume. São Paulo: Editora Ideias & Letras: 2018.
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: LEFFA, V.; ERNST, A. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela. *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD*, v. 2, p. 1-11, 2005.
- INDURSKY, F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-87.
- INDURSKY, F. [1992]. A fala dos quartéis e as outras vozes. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LACAN, J. [1964]. *O seminário livro 11*. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução e M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LECOMTE, A. [1980]. A fronteira ausente. Tradução de Tatiana Freire de Moura. In: CONEIN, B; COURTINE, J-J; GADET, F; MARANDIN, J-M; PÊCHEUX, M. *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- MARX, K. [1857-1858]. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. [1867]. *O Capital [livro 1]*: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. [1885]. *O Capital [livro 2]*: crítica da economia política. O processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. [1845~1846]. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Cavini Mantorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOTTA, L. E. O (re) começo do marxismo althusseriano. *Crítica Marxista*, n. 35, p. 73-89, 2012.
- NAVES, M. B. *Mao, o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PÊCHEUX, M. [1980]. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, M. M. *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980.
- PÊCHEUX, M. [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 19, p. 7-24, 1990.
- PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al]. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1982]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi [et al]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. [1982]. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. Michel Pêcheux. Textos Escolhidos por Eni Orlandi. Tradução de Eni Orlandi [et al]. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015a. p. 107-130.
- PÊCHEUX, M. FUCHS, C. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.
- TSE TUNG, M. [1937]. *Sobre a prática e sobre a contradição*. Revisão de Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ZIZEK, S. O gráfico do desejo: uma leitura política. In: ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Recebido: 27/10/2020

Aceito: 5/7/2021

Publicado: 2/8/2021